

Conselho Nacional de Justiça

CONSULTA n. 200910000031985

Requerente: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Requerido: Conselho Nacional de Justiça

MINUTA DE VOTO

EMENTA: CONSULTA – CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA – VALIDADE DO ART. 5º, III, LETRA “C” DA RESOLUÇÃO nº 75/2009-CNJ – APARÊNCIA DE CONFRONTO COM A SÚMULA Nº 686 DO STF – INEXISTÊNCIA – PONTUAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS PARA CLASSIFICAÇÃO À SEGUNDA FASE DO CERTAME – PREVISÃO NO ART. 43 DA RESOLUÇÃO.

A. H.

Vistos,

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região formula consulta a este Conselho acerca de dois aspectos da Resolução n.º 75/2009-CNJ, que entende passíveis de controvérsia, a saber:

I – aparente antinomia existente entre a exigibilidade do exame psicotécnico, como uma das fases do Concurso Público para Ingresso na Carreira da Magistratura Nacional, previsto no artigo 5º, III, letra “c”, da mencionada Resolução e a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, sedimentada com a edição da Súmula n.º 686 daquela Corte Suprema, a qual tem a seguinte dicção:

“Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público”;

II - notas de habilitação e classificação para os candidatos que concorram às vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais, definidas nos artigos 43 e 44, § 2º, da Resolução antes mencionada.

Em síntese, é o relatório.

VOTO



A consulta está revestida dos pressupostos do interesse e repercussão gerais. Outrossim, foi formulada em tese, atendendo, em consequência, o que dispõe o artigo 89 do Regimento Interno deste Conselho e, portanto, dela conheço.

Passo, pois, a formular **resposta** aos questionamentos propostos pela autoridade consulente:

I

Acerca do primeiro, esclareço, sem mais delongas, que não existe nenhuma eiva na exigibilidade contida no artigo 5^a, III, c, da Resolução 75/2009-CNJ, isso porque, a luz do que já decidiu o Supremo Tribunal Federal na Medida Cautelar em Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 12-MC/DF, o Conselho Nacional de Justiça é dotado de vontade normativa primária, pois retira seu fundamento de validade do próprio texto Constitucional.

Destarte, a Resolução n.º 75/2009, ora questionada, bem como as demais editadas por este Conselho, em matéria de natureza semelhante, vale dizer, de índole regulamentar, possui os atributos da generalidade, impessoalidade e abstratividade, sendo capaz de inovar o ordenamento jurídico, no âmbito e, evidentemente, nos limites da competência outorgada pela Carta Magna, por meio da EC n.º 45/2004.

Nesse passo, parece-me oportuna a citação do seguinte trecho da ementa daquela decisão cautelar, da lavra do ilustre Ministro Carlos Ayres Britto, o qual, embora se refira a outra Resolução deste Conselho, ajusta-se, à fiveleta, como costuma dizer o grande Celso Antônio Bandeira de Mello, ao caso em exame:

“A Resolução nº 07/05 se dota, ainda, de caráter normativo primário, dado que arranca diretamente do § 4º do art. 103-B da Carta-cidadã e tem como finalidade debulhar os próprios conteúdos lógicos dos princípios constitucionais de centrada regência de toda a atividade administrativa do Estado, especialmente o da impessoalidade, o da eficiência, o da igualdade e o da moralidade.”

Ademais, a Súmula n.º 686/STF foi editada no ano de 2003, ou seja, é anterior à EC n.º 45/2004 que criou o Conselho Nacional de Justiça e o dotou de competência para editar atos normativos primários relacionados às suas competências e finalidades.

Expressando-me de modo mais direto, tenho como certo que o enunciado da Súmula n.º 686/STF, não obstante vincule a validade jurídica da exigência de exame psicotético em concurso para provimento de cargos públicos à pré-existência de lei, o que, aliás, me parece indiscutível diante dos substanciosos fundamentos contidos nos precedentes que serviram de pilares a essa Súmula [*ex.g.*: ADIN 1188-0 DF (**MARCO AURÉLIO**); AGR. REG 182.487-5 PR (**VELLOSO**); RE 228.356-8 MG (**GALVÃO**); RE 230.197-1 MG (**GALVÃO**)], afastando, por óbvio, a possibilidade de que essa espécie de requisito seletivo resulte de resolução ou outro ato administrativo, não alcança a Resolução n.º 75/2009 deste Conselho, pois na matéria por ela regulada tem força de lei (“embora lei não sendo”), já que essa Resolução, tal como disse o Min. Carlos Britto quanto àquela apreciada no *decisum* antes referido, “intenta retirar diretamente da Constituição o seu fundamento de validade, arrogando-se, portanto, a força de diploma normativo primário”.



Aliás, a *consideranda* da Resolução sob foco é expressa nesse sentido, não só ao jogar âncora no art. 103-B, § 4º, inciso I, da Constituição da República como, igualmente, ao expressar arrimo em princípios constitucionais dentre os quais destaco o da **eficiência** que, sem espaço para incursões doutrinárias, até porque processo administrativo, mesmo de consulta, não é ambiente próprio para isso, fundamenta diretamente o questionado dispositivo daquela Resolução.

Repito aqui, fazendo-o meu, por sua sempre notória precisão, o dizer do douto Ministro Gilmar Mendes, eminente Presidente deste Conselho, no voto que proferiu por ocasião do julgamento do pedido cautelar na ADC 12-MC/DF:

“O cerne da questão, a meu ver, encontra-se nessas considerações preliminares da Resolução, pois nelas está explícito que se trata de um ato administrativo, emanado de órgão constitucional competente, e que busca seu fundamento de validade diretamente na Constituição. Não há, portanto, qualquer ofensa ao princípio da legalidade.”

Penso, assim, ter esclarecido a dúvida imbricada na parte primeira da consulta.

II

Quanto ao segundo ponto consultado, a Resolução n.º 75, no seu artigo 44, § 2º, deixa bem claro que não será aplicado o redutor previsto no inciso I e II, do mesmo artigo, aos candidatos portadores de necessidades especiais. Assim, a nota mínima exigida será o percentual de “30% (trinta por cento) de acerto das questões em cada bloco e média final de 60% (sessenta por cento) de acertos do total referente à soma algébrica das notas dos três blocos”, conforme artigo 43, ou seja, **o concorrente que dispute as vagas destinadas às pessoas com deficiência estará classificado para a segunda fase do certame, incluído em lista específica, desde de que obtenha a pontuação definida pelo artigo 43 antes mencionado.**

Anoto, de passagem, quanto a esse particular da consulta, que, não fosse ter sido apresentado em conjunto com o anteriormente respondido, caberia esclarecê-lo por decisão monocrática, nos termos do disposto no art. 90 do Regimento Interno, uma vez que trata de matéria expressamente regulamentada na Resolução nº 75/2009.

III

Ante ao exposto, meu voto, em resposta à consulta em exame, é no sentido de que não há nenhuma pecha de ilegalidade na previsão de exame psicotécnico, como uma das fases do Concurso Público para Ingresso na Carreira da Magistratura Nacional, tal como estipula o art. 5º, III, alínea “c”, da Resolução nº 75/2009, deste Conselho, e que a nota mínima exigida para os candidatos que concorram às vagas destinadas para pessoas portadoras de necessidades especiais é a estabelecida pelo artigo 43 da referida Resolução.

É como voto.

Conselheiro MILTON NOBRE

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente em 02 de Agosto de 2009 às 10:02:33



O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ.

